

Relatório de Maria da Graça Carvalho para aumentar a participação das Mulheres na Economia Digital aprovado por larga maioria no Parlamento Europeu

Bruxelas, 13-11-2020

A Comissão dos Direitos das Mulheres e Igualdade dos Géneros (FEMM) aprovou ontem, por larga maioria – 28 votos a favor, dois contra e duas abstenções –, o relatório da eurodeputada do PSD Maria da Graça Carvalho [sobre: “colmatar o fosso digital entre homens e mulheres: participação das mulheres na economia digital”](#).

A antiga Ministra da Ciência Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior define medidas a serem tomadas por Bruxelas e pelos Estados-Membros nas áreas do emprego e empreendedorismo, educação, fundos comunitários, emancipação cívica, política e económica das mulheres, eliminação de estereótipos nos meios da cultura, comunicação social videojogos entre outras.

No relatório são apresentados vários fatores, nomeadamente culturais, que levam a que, por exemplo, segundo o Eurostat, as mulheres representem apenas 17% dos inscritos em cursos das chamadas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na União Europeia (12% em Portugal).

É igualmente explicado que, mesmo entre as mulheres que optam por estas vias, muitas acabam por abandoná-las, tanto enquanto estudantes como na altura de entrar no mercado de trabalho, num fenómeno conhecido por *leaky pipelines*. E são enumeradas as consequências dessa sub-representação, tanto no que respeita ao acesso ao emprego, num mercado valorizado e bem remunerado, como no desperdício de talento para a sociedade em geral.

Maria da Graça Carvalho, congratulou-se com o resultado alcançado e o apoio unânime das principais forças políticas afirmando que *“o atual contexto agrava ainda mais as disparidades de género no sector digital e impede a plena participação das mulheres neste sector enquanto utilizadoras, inovadoras e criadoras. Há todo um conhecimento valioso que está a ser desperdiçado”*, referiu.

“Tem de ser uma prioridade promover a igualdade de género nas empresas do sector das TIC e dos sectores conexos, bem como na economia digital, e devem ser adotadas políticas horizontais para efeitos de redução das disparidades de género na economia digital”, concluiu.

O relatório aponta várias estratégias que poderão ser seguidas para inverter a atual realidade, nomeadamente ações – em todos os níveis de ensino – dirigidas a atrair mais raparigas para as novas tecnologias. Aborda ainda outras questões, como o cyberbullying.